



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo nº	11048/2023
Data de início	29/05/2023
Folha	12
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Processo nº 11048/2023

Recurso Administrativo ao Edital de Concorrência Pública nº 01/2023

Processo originário nº 17501/2022

À Comissão Permanente de Licitação,

A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, vem, em atenção ao questionado pela empresa MORENO PERLINGEIRO ENGENHARIA LTDA – CNPJ n. 01.047.682/0001-50, às fls. 03-04, informar e requerer o que segue.

Trata-se de recurso administrativo ao **edital de Concorrência Pública nº 01/2023**, relativo à contratação de empresa especializada para **CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) QUADRAS POLIESPORTIVAS COBERTAS E UM PÁTIO COBERTO NO CAMPUS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA TRANSFORMADORA – CEPT, SITUADO A RUA CINQUENTA E DOIS, LOTEAMENTO JARDIM ATLÂNTICO, ITAIPUAÇU - MARICÁ**, interposto pela empresa **MORENO PERLINGEIRO ENGENHARIA LTDA**, em que impugna:

a) Alega que foi ilegalmente inabilitada após análise dos documentos de habilitação por não apresentar o Balanço Patrimonial devidamente registrado referente ao exercício do ano de 2022.

A Comissão Permanente de Licitação manifestou-se às fls. 05/11, pelo deferimento do recurso.

É o relatório.

A documentação relativa a habilitação econômico-financeira do balanço patrimonial e demonstrações contábeis da empresa tem como finalidade a comprovação da boa situação financeira da empresa.

Ressalta-se que o prazo de apresentação do balanço patrimonial é um tema controvertido, pois há previsão de dois prazos: o primeiro até junho do ano subsequente para as empresas obrigadas a apresentarem Escrituração Contábil Digital, por meio de SPED



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo nº	11048/2023
Data de início	29/05/2023
Folha	13
Rubrica	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

(Instrução Normativa RFB nº 2003/2021) e o outro até abril do ano subsequente as que não são obrigadas apresentarem Escrituração Contábil Digital (Código Civil, art. 1065 c/c 1078, i).

Esse tema não possui entendimento pacífico nos tribunais, contudo, os acórdãos mais recentes do Tribunal de Contas da União têm decidido no sentido de aceitar o balanço patrimonial (Acórdão 119/2019 e 472/2016 – TCU) com o prazo indicado na Instrução Normativa RFB nº 2003/2021, onde no caso concreto deverão comprovar a autenticação de sua documentação por meio da entrega no SPED e em todos os casos as Demonstrações deverão serem apresentadas de forma integral, inclusive acompanhada de Notas Explicativas.

Em respeito ao princípio da autotutela, está consagrada a hermenêutica de controle dos atos administrativos, instrumentaliza a Administração para a revisão de seus próprios atos, exercendo um controle sobre os seus próprios atos. É o que preconiza a súmula nº 473 do STF, *verbis*:

Súmula 473: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Assim, esta secretaria, com fundamento no posicionamento de sua equipe técnica, manifesta-se pelo **conhecimento e deferimento do recurso**, sendo promovida as alterações suscitadas para indicar a data-limite indicada na Instrução Normativa nº 2003/2021.

Maricá, 11 de julho de 2023.

Maiara Marius Guimarães
Mat. 8036

De acordo,

Márcio Batalha Jardim
Secretário de Educação
Mat. 110.941

Liliana Cariri
Subsecretaria de Planejamento
Orçamento e Finanças da Secretaria
de Educação - Mat. 112676